



Distorção Idade Série no Estado Amazonas: Uma análise sobre os dados estatísticos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas

Hemelly da Silva Areias¹

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo estudar a Distorção idade/série na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, realizando um estudo histórico dos anos de 2010 a 2017. Para que isso fosse possível, também realizamos um estudo dos índices relacionados ao rendimento escolar, em ênfase a aprovação, reprovação e o abandono, pois estes dentre outros fatores incluindo socioeconômicos, nos remetem a um quadro de Distorção alarmante em nosso estado. Além dos rendimentos, também foi possível identificar que a Distorção já inicia na matrícula, mesmo que esta seja realizada através de um sistema único. A metodologia caracterizou-se a partir do rendimento das escolas da Capital e Interior do estado do Amazonas, através de dados coletados pela Gerência de Pesquisas e Estatísticas – GEPES, do Departamento de Planejamento e Gestão Financeira – DPGF, Departamento de Políticas e Programas Educacionais – DEPPE, Gerência do Ensino Médio – GEM, da Secretaria de Educação e Ensino do Estado do Amazonas, que baseia-se em dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), onde os cálculos das taxas de aprovação, reprovação e abandono são baseados nas informações de movimento e rendimento escolar dos alunos. Os resultados encontrados nos levam a uma reflexão acerca de propostas e intervenções que busquem melhorar o quadro no qual nos encontramos. É necessário a busca por um ensino que alcance todos os alunos, uma vez que estes possuem dificuldades relacionadas a adaptação, ao enturmamento e ao acompanhamento de conteúdos, somente assim garantiremos o direito de aprendizagem de todos conforme preconizam as leis.

Palavras-Chave: Rendimento, Distorção idade/série, Propostas.

Distortion Age Series in the State of Amazonas: An analysis on the statistical data of the State Department of Education of the State of Amazonas. The present study has as main objective to study the Distortion age / grades in the Education Department of the State of Amazonas, where we conducted a historical study in the years from 2010 to 2017. To make this possible, we also conducted a study of the indexes related to school performance, with emphasis on approval, disapproval and abandonment, since these, among other factors, including socioeconomic factors, refer us to an alarming Distortion scenario in our state. In addition to the income, it was also possible to identify that the Distortion already starts at the registration time, even though if it is performed through a single system. The methodology was characterized from the income of the schools of the Capital and countryside of Amazonas state, through data collected by the Research and Statistics Management - GEPES, Department of Planning and Financial Management - DPGF, Department of Educational Policies and Programs – DEPPE, Middle School Management GEM, which is based on data from the Ministry of Education (MEC) and the National Institute of Educational Studies and Research (INEP), where approval, disapproval, and dropout rates are based on student movement and achievement information. The results found lead us to a reflection on proposals and interventions that seek to improve the framework in which we find ourselves. It is necessary to search for a teaching that reaches all the students, since they have difficulties related to adaptation, to getting used to the groups and the accompaniment of contents, only in this way will we guarantee the right of learning of all according to the laws.

Key-words: Yield, Distortion age /series, Proposals

¹ Especialista em Treinamento Desportivo, Graduada em Educação Física, Técnica da Gerência do Ensino Médio do Departamento de Políticas e Programas Educacionais da SEDUC/AM, Rua Waldomiro Lustoza, 250 – Japiim II – CEP: 69076-830, Manaus – AM, hemelly.areias@seduc.net



1. Introdução

O artigo apresenta resultados relacionados a um estudo feito com base nos dados estatísticos no período de 2010 a 2017, que analisa a Distorção Idade Série do sistema público estadual de ensino do Amazonas. O foco investigativo da pesquisa se dá quanto às causas que levam a problemática dessa modalidade dentro da educação básica do estado. Ao observarmos a Distorção idade série no estado do Amazonas, vemos que esse problema se arrasta a bastante tempo no nosso sistema de ensino, e até então os esforços implementados pela Secretaria Estadual de Educação não têm sido suficientes para solucionar ou ao menos diminuir os índices encontrados. Logo, decorre a necessidade de análises para elaboração de propostas que visem intervenções, tendo em vista que as atuais Políticas Públicas vigentes para correção de fluxo da Secretaria não estão surtindo os efeitos cabíveis, quanto ao problema.

A delimitação temática está firmada na análise dos dados da secretaria quanto aos rendimentos (aprovação, reprovação e abandono) e também da distorção do Ensino Fundamental anos iniciais, anos finais e Ensino Médio. O artigo demonstra uma análise histórica que perpassam os anos de 2010 até 2016 relacionados ao rendimento, pois a secretaria somente dispõe de informações quanto a esses anos, e na distorção idade série os dados relacionam-se aos anos de 2010 a 2017 atualizados.

A análise do tema traz uma fundamentação teórica numa perspectiva crítica quanto às causas dentro do sistema de ensino da nossa educação básica do estado do Amazonas, na vertente da extrema necessidade de políticas públicas efetivas e monitoradas minuciosamente para êxito dentro dos processos. Por conseguinte, um dos firmamentos deste estudo dá-se a partir de uma análise documental, que apresenta uma fundamentação quanto às causas e a garantia dos direitos à educação.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, estabelece que a educação básica é gratuita dos 04 aos 17 anos de idade, e inclusive assegura sua oferta gratuita a todos que não tiveram acesso na idade certa (BRASIL,2009). Também deixa claro que o aluno brasileiro deve iniciar o Ensino Médio aos 15 e

concluir aos 17 anos de idade, e esse deveria ser o fluxo correto do aluno no Brasil.

As principais causas da DIS de acordo com INEP (1988) são a repetência e a evasão, que revela inclusive a ineficiência do sistema educacional brasileiro. Dentro desta mesma linhagem o mesmo complementa abordando sobre duas consequências que a Distorção idade/série traz para o sistema de ensino, a primeira recai sobre o aumento de custos em cerca de 30%, a segunda afeta diretamente os alunos com atraso escolar que possuem tanto a autoestima quanto os rendimentos alterados.

Segundo Moreira (2013), as principais causas apontadas em pesquisas são a evasão escolar – que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola, a repetência e a retenção dos alunos reprovados nas atividades avaliativas de um determinado curso. Por esse motivo é necessário que conheçamos os termos e os fatores que levam a DIS.

Ao observarmos os itens citados pelo autor acima, não podemos nos esquecer que, além desses fatores, existem também questões socioeconômicas que fazem parte efetivamente desse contexto.

De acordo com Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1988), Distorção Idade/Série (DIS) é quando a idade cronológica é superior à coorte correspondente a cada série, ou seja, a diferença da idade não é compatível com a série prevista, estando dois anos ou mais com atraso escolar. Essa situação dificulta o processo de ensino aprendizagem deste aluno. Essa questão além de provocar custos adicionais às redes de ensino acarreta consigo as desigualdades sociais.

De acordo com a LDB - Lei nº 9.394 /1996 que Estabelece as Leis das Diretrizes e Bases da educação nacional, em seu Inciso IV, garante o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013), e na alínea b, reafirma sobre a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

Não podemos deixar de citar o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14, que em sua 7ª Meta objetiva, fomentar a qualidade



da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os resultados da análise temática distribuem-se em dois itens, sendo que a primeira parte relaciona-se a análise dos rendimentos, tendo em vista que estes fazem parte das causas que nos levam a DIS, logo em seguida mostramos os dados relacionados Distorção idade série, que é analisada de forma geral e também por turno no estado do Amazonas, onde mostramos o percentual dos índices ao longo de 7 (sete) anos averiguados.

2. Material e Método

A pesquisa caracterizou-se a partir do rendimento das escolas da Capital e Interior do estado do Amazonas, por meio de dados extraídos do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), tratados pela Gerência de Pesquisas e Estatísticas – GEPES da Secretaria de Educação e Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC).

Vale destacar que os cálculos das taxas de aprovação, reprovação e abandono são baseados nas informações de movimento e rendimento escolar dos alunos que só levam em consideração as matrículas relativas à escolarização, isto é, não utiliza dados relativos às matrículas em atividades complementares e/ou Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para o cálculo das taxas de rendimento escolar referentes à aprovação, reprovação e abandono serão delimitadas unidades de agregação – escola, município, rede e estado, considerando o conjunto de matrículas que as compõem.

A soma da quantidade de alunos que se encontra em cada uma destas situações constitui a **Taxa de Rendimento Escolar**, em que,

$$\text{Aprovação} + \text{Reprovação} + \text{Abandono} = 100\%$$

Assim, as taxas de **rendimento escolar** são calculadas da seguinte forma:

$$T_{Aprov} = \frac{APR}{APR+REP+ABA \times 100}$$

$$T_{Reprov} = \frac{REP}{APR+REP+ABA \times 100}$$

$$T_{Aband} = \frac{ABA}{APR+REP+ABA \times 100}$$

Onuc.

APR = número de aprovados na série

REP = número de reprovados na série

ABA = número de alunos afastados por abandono na série.

A taxa de distorção idade-série é expressa através do percentual de alunos com a idade irregular para uma determinada série de ensino.

De uma maneira geral, a taxa de distorção idade-série é feita por escola e série da seguinte forma: A escola **Y** com alunos acima da idade recomendada para a série **k**, considerando o Censo Escolar do ano **t** e a idade de **i** anos como sendo a ideal para a série **k**, então o indicador será expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano **t**, completam **i + 2** anos ou mais (nascimento antes de **t - [i + 1]**), e a matrícula total na série **k** como mostra a Eq1 a seguir:

$$TDYk = \frac{MATDk}{MATk} \times 100, \quad [Eq.1]$$

Onde:

TDYk – Taxa de distorção idade série na escola Y na série k.

MATDk – Total de alunos acima da idade regulamentada em uma série k qualquer.

MATk – Total de alunos em uma série k qualquer.

k – Uma série qualquer de ensino.

Y – Uma escola qualquer de ensino.

A referida taxa é calculada também por nível de ensino e escola, sendo considerado um grupo de séries de ensino em que o índice da taxa de distorção idade-série é calculado com a divisão do número de alunos distorcidos por série ou grupo de ensino e o total de matrículas.

A equação 02 representa o cálculo do índice de distorção idade-série do ensino fundamental enquanto a equação 03, o cálculo de distorção do ensino médio.

$$TDf = \frac{\sum MATDf}{1 \sum MATf} \times 100, \quad [Eq.2]$$



EDUCAÇÃO

Onde:

Tdf – Taxa de distorção idade série do ensino fundamental

MATDf – Total de alunos com distorção idade-série do ensino fundamental.

MATf – Total de matrículas no ensino fundamental.

$$Td_m = \frac{\sum MATDm3m}{\sum MATm3m} \times 100, \quad [Eq.3]$$

MATDm – Total de alunos com distorção idade-série do ensino médio.

MATm – Total de matrículas do ensino médio.

Os dados relacionados ao rendimento foram contabilizados separadamente entre Capital e Interior, logo em seguida juntamos as informações para a obtenção de dados únicos relacionados ao Estado. Quanto a Distorção analisamos Capital, Interior e Turnos separadamente, para que pudéssemos identificar de forma mais clara os índices apresentados, tendo em vista que os públicos estão submetidos a realidades distintas, uma vez que as escolas dos municípios do Amazonas possuem maiores complexidades do que as da Capital.

3. Resultados e Discussão

A reprovação e o abandono devem estar entre as principais preocupações dos gestores educacionais, pelo impacto que têm na autoestima do estudante e no seu aproveitamento escolar (MEC/SEB, 2005). O problema Distorção idade/série não é algo novo, e com ele o aluno soma uma série de dificuldades ao longo do tempo. Em alguns casos o aluno realiza sua matrícula para iniciar o ano letivo, no entanto no decorrer do tempo o mesmo acaba desistindo devido à situação ao qual está exposto, logo em seguida retorna ao ambiente escolar de forma evadida.

De acordo com Castro e Silva (2014), uma das principais consequências da DIS é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos do Ensino Regular, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados. É possível observar que o aluno se encontra em desvantagens com relação aos demais colegas, uma vez que estes avançaram as etapas de forma satisfatória e esse aluno não conseguiu e/ou consegue

acompanhar as etapas do processo regular. É frustrante o aluno deparar-se com a realidade de tentar processar e rever conteúdos que não são mais compatíveis com sua idade, essa situação torna-se massacrante ao mesmo.

De acordo com os dados da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC, os índices relacionados aos rendimentos e a Distorção idade/série nos direcionam para uma problemática encontrada em nosso Estado, ao qual necessita de uma atenção redobrada. Para isso, faz-se necessário iniciarmos essa análise a partir dos rendimentos de aprovação.

Os dados relacionados à aprovação na Capital e no Interior do Estado do Amazonas no Ensino Fundamental Anos Finais possuem uma média de 86,0% e no E.M é de 81,8% nos anos analisados de 2010 a 2016 (Figura 1).

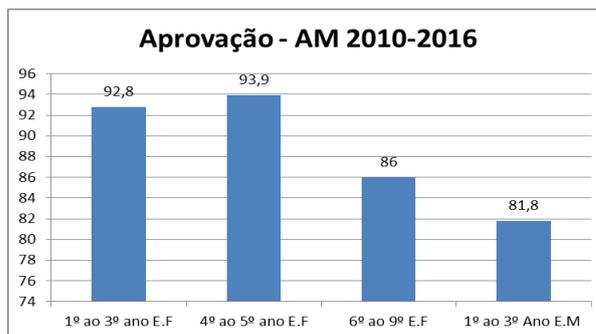


Figura 1: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados à Aprovação no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2016. Ensino Fundamental e Ensino Médio.

É possível observar que de 100% das matrículas no período analisado, 14% dos estudantes no Ensino Fundamental Anos Finais e 18,2% no Ensino Médio fracassam na escola. Diante do exposto nos direcionamos para outro segmento relacionado ao rendimento escolar que é a Reprovação.

No tocante à Reprovação na capital no Ensino Fundamental os dados são mais animadores, pois na comparação dos anos de 2010 (14,6%) aos de 2016 (5,8%) houve decréscimo na taxa de reprovação na margem de 8,8%. Já no Ensino Médio mesmo sendo inferior ao avanço do Ensino Fundamental houve um percentual de melhora de 4,4% pois nos anos de 2010 alcançou a margem de 10,4% caindo 2016 para 6,0%.

No entanto a Reprovação no interior sofreu um decréscimo 2% na comparação dos anos de 2010 e 2016. Contrário a isso, o Ensino



Médio apresentou acréscimo na reprovação passando de 5,2 em 2010 para 5,6 em 2016 (Tabela 1).

Tabela 1: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados a Reprovação no Estado do Amazonas, dos anos de 2010 e 2016. Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

	E.F 6º AO 9º 2010	E.F 6º AO 9º 2016	E.M 2010	E.M 2016
CAPITAL	14,6	5,8	10,4	6,0
INTERIOR	7,6	5,6	5,2	5,6

Em síntese, numa análise global os piores índices de reprovação estão concentrados no Ensino Fundamental Anos Finais 7,8% seguidos de 6,5% no Ensino Médio, 5,3% no Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 3º ano e 4,5 % no 4º e 5º ano (Figura 2).

A literatura aponta diversas consequências relacionadas à reprovação, mostrando que a mesma está diretamente ligada ao retardo da trajetória escolar, o que causa transtornos não somente ao indivíduo em si mas a todo sistema educacional (Fritsch et al 2014).

A repetência gera alarmantes índices de Distorção conforme aponta o Ministério da Educação, e a mesma acentua-se em maior proporção nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com isso viabilizou-se o compromisso através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que tem por objetivo reduzir de forma significativa a retenção dos estudantes nos anos finais (PORTAL MEC).

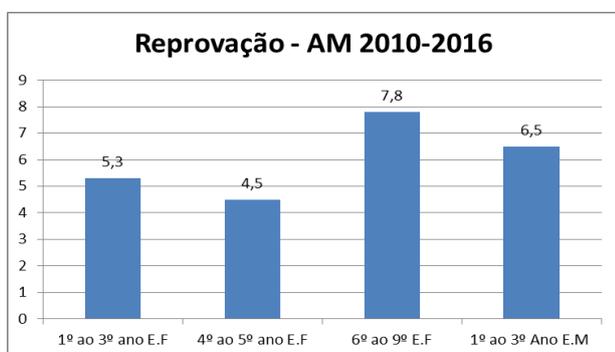


Figura 2: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados à Reprovação no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2016. Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Quanto ao abandono a maior taxa está no Ensino Médio chegando a 11,7% enquanto no Ensino Fundamental esse valor é de 6,2%. E ao compararmos as Figuras 2 e 3, percebemos que o fracasso escolar no Ensino Médio está mais relacionado ao abandono do que a reprovação.

A esse respeito é preciso muito mais informação acerca dos diferentes atores do sistema escolar, de suas instituições e de suas relações intra e extraescolares para entendermos os motivos que levam os alunos abandonarem, conhecendo também os fatores que lhes remetem ao desinteresse pela escola levando-os a não concluírem o ensino médio (SOARES *et al*, 2015).

Ao tratarmos da Distorção idade-série no Amazonas nos anos de 2010-2017, na Capital, o percentual no E.F anos finais é de 35,18% e no E.M 34,88%, já no Interior do Estado o percentual é no E.F de 37,32% e no E.M é de 38,26% (Tabela 2).

De acordo com os dados configurados, podemos observar que a DIS é maior no interior do que na capital. Porém, quando analisamos a DIS na Educação Básica no estado do Amazonas, identificamos que o percentual do E.F anos finais é de 36,23% enquanto do E.M é 36,57%, ou seja, nas fases finais do fundamental já temos um alto índice de DIS que piora quando o aluno adentra ao Ensino Médio (Figura 4).

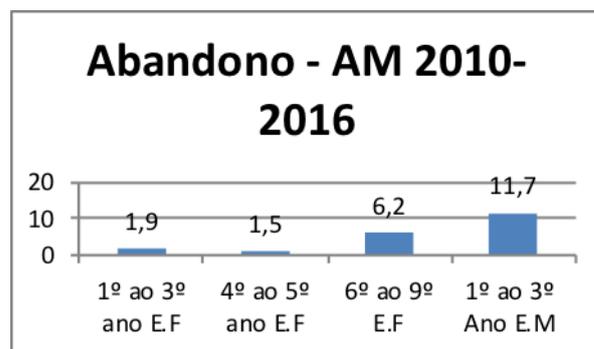


Figura 3: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados ao Abandono no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2016. Ensino Fundamental anos Finais 8º e 9º ano e Ensino Médio.

Quando afunilamos a análise por turno, percebemos que no noturno está presente a maior taxa e uma das hipóteses pode está relacionada ao

perfil do estudante matriculado nesse turno (Figura 5).

Em geral os alunos do noturno são vistos como trabalhadores, que carregam o cansaço de uma jornada longa de um dia inteiro de trabalho, por parte dos alunos esperasse aulas sem monotonias, que o ajudem a superar a fadiga decorrente do dia, por parte da escola espera-se um aluno maduro, responsável, marcado, não pela juventude, mas pelo mundo do trabalho, (SILVA, 2000, p. 51).

Tabela 2: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados à Distorção no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2017. Ensino Fundamental anos Finais 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

	E.F 6º ao 9º	E.M
CAPITAL	35,18	34,88
INTERIOR	37,32	38,26

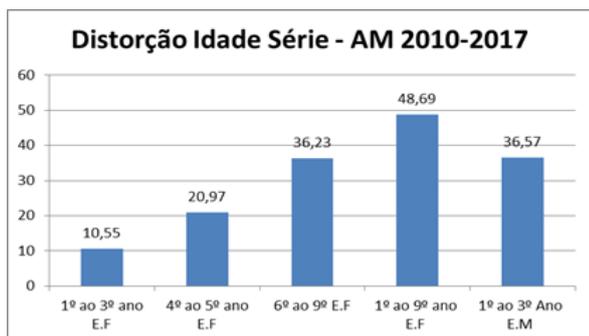


Figura 4: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados à DIS no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2017. Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A maior ocorrência da DIS no Amazonas concentra-se nos anos finais do E.F representando um percentual de 98,88% das matrículas. No turno vespertino a Distorção está presente em todas as etapas da Educação Básica, sendo superior em média 10% quando comparado ao matutino, porém ambos os turnos são mais animadores do que no noturno. No tempo Integral as taxas são menores, alcançam 21,29% no E.F Anos Finais e 15,51% no Ensino Médio (Figura 5).

Em síntese, percebemos que a DIS é maior no Ensino Fundamental anos finais em todos os turnos do que no Ensino Médio. Entretanto, no matutino tanto para o E.F anos finais quanto no Ensino Médio o percentual de

distorção é menor, aumentando no vespertino e tornando-se crítico no noturno (Figura 5).

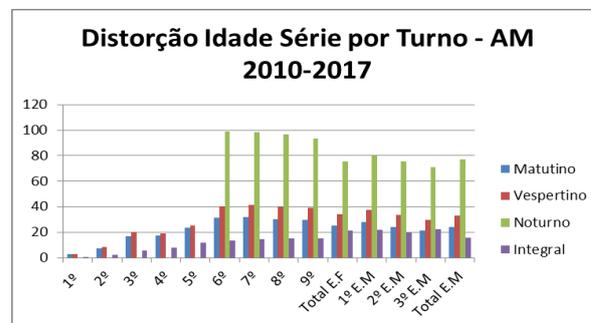


Figura 5: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados à DIS por turno no Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2017. Ensino Fundamental anos Iniciais/Anos Finais e Ensino Médio.

A evasão causa uma enorme defasagem nas redes de ensino e essa questão está estreitamente relacionada ao quadro de Distorção nos sistemas educacionais. O estado demonstra sua insuficiência diante do buraco que assola a educação, não conseguindo efetivar políticas que superem as dificuldades de aprendizagem a fim de diminuir a reprovação e garantir a permanência do alunado na escola.

3.1 Histórico dos Rendimentos e da DIS do Estado do Amazonas, analisados desde o Ensino Fundamental anos iniciais até Ensino Médio

A Distorção está acompanhada de dois cenários preocupantes no processo educacional: a Reprovação e o Abandono. Esses gargalos educacionais presentes também no estado do Amazonas nos remetem a uma reflexão acerca da nossa educação básica e suas influências no processo ensino aprendizagem do aluno. Quanto ao abandono o Ministério da Educação iniciou em abril de 2016 a busca ativa de jovens entre 15 e 17 anos, o objetivo é tentar resgatar 1,6 milhões de alunos que deixaram por algum motivo de frequentar as escolas (PORTAL MEC).

A busca ativa é uma política que precisa ser pensada de forma estratégica e implementada no nosso sistema de ensino. No entanto, somente buscá-los não é o suficiente, precisamos garantir sua permanência com práticas educacionais inclusivas e integradas.

É necessário oportunizar práticas inovadoras que diminuam as taxas de reprovações incorporadas já no 3º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais com percentual de 11,8%. Nesse ano escolar ocorre uma enorme retenção de alunos devido à falta de domínio ao letramento e leitura.

No E.F Anos Finais a taxa de reprovação no 6º ano é bastante preocupante com percentual de 9,2%, sendo este superior às séries que correspondem ao Ensino Médio (Figura 6).

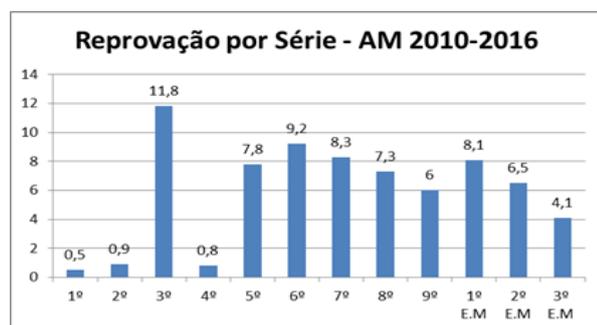


Figura6: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES Dados relacionados Reprovação em todo Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2016. Ensino Fundamental anos Iniciais, anos Finais e Ensino Médio.

Frente ao exposto na Figura 6, esbarramos diante de um enorme desafio: ao mesmo tempo em que é necessário garantir que os alunos aprendam, é fundamental assegurar também que avancem em sua escolaridade (ORTIGÃO, 2013).

Diante do exposto surgem os questionamentos: A reprovação tem como principal causa a não compreensão e desenvolvimento do aluno na série em que se encontra? Como se dão as dinâmicas para a alfabetização nas escolas? O que tem levado o aluno reter no 3º ano do E.F anos iniciais? Quanto ao Ensino Fundamental 6º ano, quais dificuldades esses alunos estão tendo para que reprovem? O impacto da troca de grade curricular com o aumento do quantitativo de professores possui grande influência dentro dessas etapas da Educação Básica? Dentre tantas dúvidas e indagações, cabe o desafio de buscar alternativas senão soluções que possam sanar tais problemas educacionais.

Jacomini (2009), afirma que o direito à educação é duramente golpeado na medida em que as condições de oferta e os consequentes resultados de escolarização atestam a não

democratização do conhecimento socialmente construído. A educação precisa ser democrática, não podendo dar-se apenas a um pequeno grupo, ou ainda somente aqueles que se destacam, é necessário à realização de intervenções sempre que haja necessidade a fim sabendo valorizar as diferenças de aprendizagens que um indivíduo apresenta relacionado a outro.

Quando a escola só consegue ensinar uma parte de seus alunos, abandonando à própria sorte os demais, ela continua operando no paradigma da educação como privilégio. A educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos (JACOMINI, 2009, p 561).

O abandono escolar nos mostra a fragilidade das redes de ensino, e a dicotomia dos fatores que levam os alunos a esse abandono são ainda mais intrigantes, uma vez que não cabe somente a situações internas como externas também. No estado do Amazonas o abandono inicia no 1º ano do Ensino Fundamental estendendo-se até a 1ª série do Ensino Médio com percentual de 14,4%, taxa está superior ao total do país, de acordo com dados levantados pelo Censo nos anos de 2014 e 2015 os números para este mesmo público é de 12,1% nos mesmos anos analisados (PORTAL MEC).

Segundo Soares et al. (2015), dentre os fatores listados como responsáveis por afastarem os jovens dos bancos escolares, inclui-se a falta de interesse pela escola. O mesmo autor aborda sobre os fatores externos e internos, e quanto aos externos cita Bourdieu (1998), que inclui o trabalho, as desigualdades sociais, além de abordarem sobre a gravidez e a necessidade de cuidar de familiares. Já no tocante aos fatores internos, tem-se a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros.

Enquanto escola, precisamos nos preocupar com todos os fatores sociais, e nos aperfeiçoar nos fatores internos que em parte associasse à linguagem do professor em sala de aula, esta precisa ser dinâmica e interativa, sem esquecer que o jovem moderno possui uma nova visão de mundo e têm total acesso e liberdade as informações. É necessário que o ensino em sala de aula não se pautar somente ao professor enquanto detentor do conhecimento, sabendo que este precisa formar alunos críticos, que investigam e

buscam a compreensão acerca do mundo em que vive, deve ser oportunizado ao alunado uma escola participativa, que valoriza o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a evolução do aprendizado.

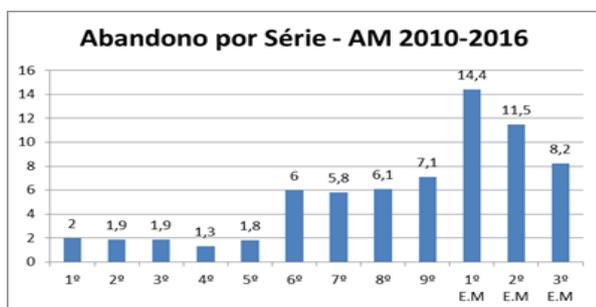


Figura7: Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DPGF/GEPES. Dados relacionados ao Abandono em todo Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2016. Ensino Fundamental anos Iniciais, anos Finais e Ensino Médio.

Quanto a Distorção no Estado do Amazonas, as taxas se apresentam a partir do 1º ano do E.F Anos Iniciais 2,77% (Figura 8). No entanto, este fato acaba sendo reflexo conforme demonstra o Ministério da Educação através de dados levantados pelo Censo, no qual crianças na faixa etária de 4 e 5 anos encontram-se fora da pré-escola, não tendo seus direitos assegurados ao acesso à educação, logo já adentram ao Ensino Fundamental defasados (PORTAL MEC).

O percentual mais alto de distorção no Ensino Fundamental se dá no 9º ano 37,48%. Já na 1ª série do Ensino Médio esse percentual aumenta para 41,9%, tendo um acréscimo significativo de 11,12% na série seguinte que passa para 53,02%, em hipótese, este aumento se dá pelo alto índice de abandono nessa etapa da Educação Básica, sendo este um problema permanente no contexto educacional, tendo em vista que recai sobre o aluno uma bagagem que aloca problemas sociais, emocionais e econômicos (Figura 8).

Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 6 CNE/CEB, de 20 de outubro de 2010, em seu Art. 3º aborda sobre o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, para crianças de 6 (seis) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. E no Art. 4º as crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no artigo 3º deverão ser matriculadas na Pré-Escola.

Ao abordarmos sobre a Distorção Idade/Série percebemos que essa problemática inicia com a matrícula na idade inadequada, a reprovação é outro fator que contribui para a elevação dos números relacionados à DIS, pois inicia no Ensino Fundamental Anos Iniciais estendendo-se aos Anos Finais, no entanto, no Ensino Médio o percentual é maior, em hipótese devido a grande parcela relacionada ao abandono.

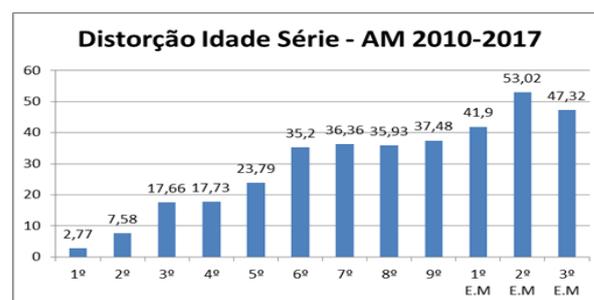


Figura8: Dados relacionados a DIS em todo Estado do Amazonas, nos anos de 2010 a 2017. Ensino Fundamental anos Iniciais, anos Finais e Ensino Médio.

O abandono é um fator que necessita de atenção desde o Ensino Fundamental, com ênfase no 9º ano, no qual o percentual é de 7,1%, porém no Ensino Médio esse valor duplica para 14,4%, sendo este um dos grandes problemas do sistema educacional. Perrenoud (2000), diz que o sentimento de fracasso experimentado por um aluno não é, muitas vezes senão a interiorização do julgamento da instituição escolar, expresso pelo professor ou por um examinador do alto de seu saber.

De acordo com dados do Pisa (2015), no Brasil, 51,0% dos estudantes estão abaixo do nível 2 em leitura – patamar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico OCDE estabelece como necessário para que o estudante possa exercer plenamente sua cidadania.

O nível 2 diz que: os estudantes conseguem recorrer a conhecimento cotidiano e o conhecimento procedimental básico para identificar uma explicação científica adequada, interpretar dados e identificar a questão abordada em um projeto experimental simples. São capazes de usar conhecimento científico básico ou cotidiano para identificar uma conclusão válida a partir de um conjunto simples de dados. Esses estudantes demonstram ter conhecimento epistemológico básico ao conseguir identificar questões que podem ser investigadas.



Ao relacionarmos a DIS a não matrícula na idade correta, aos altos índices de reprovação no Ensino Fundamental e ao abandono no Ensino Médio, nos deparamos diante da violação ao direito de aprendizagem que se distingue ao acesso a uma escola de qualidade, atrativa e inclusiva não oportunizada a todos.

Os altos índices de repetência escolar no nosso país estão ligados a níveis elevados de abandono da escola. No Brasil, 36% dos jovens de 15 anos afirmam ter repetido uma série escolar ao menos uma vez, esta prática é mais comum entre países com um baixo desempenho no PISA e está associada a níveis mais elevados de desigualdade social na escola (PISA, 2015).

3.2 A importância no monitoramento dos Indicadores de Aprovação, Reprovação e Abandono

A busca pela melhoria da qualidade do ensino perpassa pelos diversos fatores que afetam o desempenho e levam os alunos ao fracasso escolar. A distorção Idade Série é um desses fatores, entender o processo de aprendizagem dos alunos que encontram-se em distorção é um desafio aos sistemas de ensino, por esse motivo, é necessário entender primeiramente os motivos que levam a essa problemática.

Quanto a isso nos remetemos aos indicadores educacionais, que para Castro e Silva (2014, p. 3), “Uma das principais consequências da DIS é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar”. Por esse motivo faz-se necessário uma análise de todos os indicadores, a começar pela aprovação que anda na contramão, uma vez que atualmente é necessário aprender mais e com maior qualidade em um menor espaço de tempo.

A aprovação por méritos nem sempre é bem vista, de acordo com alguns autores como King et al. (1999), a promoção não pode ser baseada somente na aquisição de habilidades, sendo a mesma rejeitada em favor daquela embasada em critérios que incluem fatores subjetivos e nem sempre mensuráveis.

Outro indicador muito importante é a reprovação, que é quando o aluno não possui nota e/ou frequência necessária para sua aprovação. “O desempenho dos alunos brasileiros aferidos por meio dos exames de avaliação do Ministério da Educação demonstra que a aprendizagem dos alunos ainda está abaixo dos padrões adequados” (BRASIL, 2005).

A reprovação dá-se devido ao baixo desempenho do aluno que não consegue atingir notas necessárias para sua aprovação, talvez as aulas não sejam atrativas, ou dinâmicas, ou ainda os conteúdos não se adequam a realidade do aluno contemporâneo do século XXI, em sua maioria quando fatos como estes começam acontecer, o mesmo deixa de frequentar a escola.

Não podemos deixar de citar os fatores sociais e econômicos que fazem parte desse contexto, sendo também um grande precursor de reprovação e abandono. Segundo Luz (2008), para os mais pobres, a vulnerabilidade é maior, pelo fato dos alunos não possuírem características socioeconômicas consideradas importantes para o desempenho adequado. E ao abordarmos esse fator nos direcionamos para o abandono escolar, que é uma outra problemática dentro do ensino educacional.

De acordo com Damasceno (2016, p.30), É fundamental conhecer a realidade vivenciada, a fim criar possibilidades de transformação em que a escola buscará mecanismos de se organizar para garantir o acesso e a permanência. A inovação metodológica precisa estar presente no cotidiano do professor/aluno, afim de buscar melhorias nas práticas, adequando-as a realidade escolar sem deixar de atender as expectativas esperadas pelo aluno.

O abandono escolar acontece devido a vários fatores e em alguns casos, esse aluno regressa a rede de ensino na qual evadiu, deparando-se com inúmeros conflitos que deverão enfrentar caso queiram permanecer. Bento (2007) aborda sobre os conflitos existentes na escola, que prejudicam tanto o rendimento escolar quanto o desempenho dos alunos.

Buscar estratégias para permanência do aluno na escola é algo desafiador, uma vez que os conflitos existentes dependem de questões socioeconômicas. A sensibilização acerca da melhoria dos indicadores de rendimento é algo que precisa ser estudado de forma minuciosa, em busca de políticas que atendam de maneira efetiva as perspectivas esperadas.

A Distorção Idade Série é um grande problema da educação pública brasileira, e de acordo com a nota estatística do Censo Escolar (2016, p.22), “A elevação considerável da distorção idade série nos mostra que a trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular”. Logo podemos perceber que este é um problema que



inicia no Ensino Fundamental anos iniciais e que avança à medida da inexistência ou ineficiência de uma política educacional que seja efetivada em nosso estado. No entanto para que isso ocorra é necessário que haja a alocação de recursos financeiros para a implementação além de uma organização estruturada de gestão.

Um dos principais elementos aplicados no processo de correção do fluxo escolar é a aceleração de aprendizagem, sendo uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para alunos defasados (DAMASCENO, 2016, p.21). A distorção idade série precisa ser vista e investigada no estado do Amazonas, onde as entidades responsáveis precisarão unir-se afim, de somar esforços para amenizar o problema.

4. Conclusão

Não podemos falar de Distorção idade/série sem gerarmos uma reflexão sobre a problemática do rendimento escolar, com ênfase a reprovação e o abandono, onde Parente e Luck (2010, p.10), abordam que os baixos índices de aprendizagem/aproveitamento dos alunos nos remetem a essa situação.

Diante dos dados apresentados nesse estudo, é possível identificar que antes de olharmos para a DIS, é necessário observarmos os agravantes que nos remetem a esse quadro, em ênfase os principais são Reprovação e o Abandono. Barbosa (2016) afirma que, a retenção dos alunos, além de, representar desperdício de verbas, também dificultava a universalização do ensino. O problema Distorção idade/série não é algo novo, e com ele o aluno soma uma série de dificuldades ao longo do tempo, em alguns casos, o mesmo realiza sua matrícula e inicia o ano letivo, no entanto no decorrer do processo acaba desistindo devido à situação ao qual se encontra exposto.

De acordo com Castro e Silva (2014), uma das principais consequências da DIS é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparados aos alunos do Ensino Regular, o que pode ser evidenciado pelos resultados inferiores aos esperados. É possível observar que o aluno se encontra em desvantagens com relação aos demais colegas, uma vez que estes avançaram as etapas de forma satisfatória e esse aluno não conseguiu e/ou consegue acompanhar as etapas do processo regular. É frustrante o aluno deparar-se com a realidade de

tentar processar e rever conteúdos que não são mais compatíveis com sua idade, é necessário pensarmos em políticas que respeite as individualidades dos alunos atendendo de forma satisfatória suas expectativas.

Atualmente a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas realiza investimentos através das políticas de correção de fluxo, como o Projeto Avançar que atua desde 2003, e trabalha diretamente no processo de regularização da série/ano do aluno no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, também oferta o EJA (Educação de Jovens e Adultos), uma outra modalidade de ensino que abrange todos aqueles que não conseguiram concluir os estudos no período regular, ensino que teve grandes avanços através da Constituição Federal Brasileira de 1988 (I, art. 208), e também existe o Provão Eletrônico que é um serviço exclusivo de atendimento à população adulta que deseja regularizar os estudos. O exame supletivo ou Provão eletrônico, como é popularmente conhecido no estado, pode ser utilizado pelas pessoas que desejam obter a certificação nos ensinos Fundamental ou Médio.

Apesar dos esforços implementados pela Secretaria de Educação, observamos que não tem sido suficiente para diminuir os índices encontrados, pois, os mesmos avançam à medida que o estado não consegue acompanhar. A principal concepção ao fim de qualquer política da secretaria precisa ter como meta ir além da recuperação das séries/anos perdidos, pois, deve preconizar a importância da formação do aluno, a real função da escola e a entrega deste aluno a sociedade como um indivíduo consciente e atuante em seu papel enquanto cidadão.

Divulgação

Este artigo é inédito e não está sendo considerado para qualquer outra publicação. O(s) autor(es) e revisores não relataram qualquer conflito de interesse durante a sua avaliação. Logo, a revista Scientia Amazonia detém os direitos autorais, tem a aprovação e a permissão dos autores para divulgação, deste artigo, por meio eletrônico.

Referências

Acesso realizado:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35892>, em Agosto de 2018.



EDUCAÇÃO

Acesso realizado:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36092>, agosto 2018.

Acesso realizado:
<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/35061-ministerio-vai-intensificar-as-politicas-publicas-de-combate-ao-abandono-escolar>, agosto 2018

Acesso realizado:
<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50411-evasao-no-ensino-medio-supera-12-revela-pesquisa-inedita>, Agosto de 2018.

BENTO, A. Efeitos das transições de ciclo e mudanças de escola: Entre problema social e objeto sociológico. In J. Sousa e C. Fino (Org.). A escola sob suspeita. Porto: Edições Asa, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso: março de 2018.

CASTRO, S.J ; SILVA, M. C. S. Distorção idade-série na transição do Ensino Fundamental para o Médio em escolas públicas do Distrito Federal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - ICESP Promove de Brasília. Orientador: Marcello Lucas de Araújo Brito.

CASTRO, M. H. G. Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educativas, 1998.

DAMASCENO, J. B. DISTORÇÃO IDADE ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA – MANAUS/AM. 2016. (Apresentação de Mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil).

BARBOSA, R. J. P. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 4 DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. Dissertação Mestrado Profissional em

Gestão e Avaliação da Educação Pública. UFJF, 2016.

BRASIL, MEC, SEB. PLANO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: Diagnóstico e ações para elevar o nível de qualidade do ensino nas escolas brasileiras, Brasília, março de 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso: março de 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. MEC, Departamento de Políticas Educacionais. ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, Brasília, maio de 2005.

BRASIL, Resolução CNE/CEB 6/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de outubro de 2010, Seção 1, p. 17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15249-rceb00610&Itemid=30192, 26 março 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. MEC, Relatório de Gestão do Exercício 2000, Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sef00.pdf>, Abril 2018.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 35, p. 557-572, 2009.

Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso: Março 2018.



EDUCAÇÃO

LUZ, L. S. O Impacto da Repetência na Proficiência Escolar: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002 – 2003. Dissertação (Mestrado) – Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

KING, E.M. ORAZEM, P.F., PATERNO, E.M. *Promotion with and without learning: Effects on student dropout*. Working Paper Series on Impact Evaluation of Education Reforms 18, Development Research Group. World Bank, Washington, 1999.

MOREIRA, C. F. *Distorção idade-série na educação básica*. São Paulo: JusBrasil, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (2016). PISA 2015 Assessment and Analytical Framework: Science, Reading, Mathematic and Financial Literacy. Paris: OECD Publishing. Brasil no Pisa 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes Brasileiros, Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf. 26 de março de 2018.

ORTIGÃO, Maria Isabel; Aguiar, Glauco. Repetência escolar nos anos iniciais do ensino fundamental: evidências a partir. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Impresso), v. 94, p. 364-389, 2013.

PARENTE, A. M. M, LUCK, H. Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no

Ensino Fundamenta: “Uma avaliação de impacto dos mecanismos de correção de fluxo escolar sobre o desempenho do Sistema Educacional e aprendizagem do aluno”, financiada com recursos do Programa Rede-Ipea. Brasília, junho de 2004.

PERRENOUD, Phelippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções às ações*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Acesso realizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm em 07 de Março de 2018.

PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT (PISA) Resumo de resultados nacionais do PISA 2015, Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-no-brasil> . 26 de Março de 2018.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. C.. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 41, p. 757-772, 2015.

SILVA, Hesley Machado. *Jovem do ensino médio noturno: demandas em relação à escola*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.